

QUINTA DE TUBERAIS-ENSINO
PROFISSIONAL DE CINFÃES, E.M.

PRESTAÇÃO DE CONTAS E EXERCÍCIO 2014



RELATÓRIO DE GESTÃO 2014

Nos termos das disposições aplicáveis pelo código das Sociedades Comerciais submetemos à apreciação o relatório de gestão e as contas referentes ao exercício findo em 31/12/2014.

O presente relatório diz respeito ao ano civil de 2014, embora a atividade pedagógica tenha como referência os anos letivos 2013/2014 e 2014/2015.

A Quinta de Tuberais Ensino Profissional de Cinfães, E.M. entidade proprietária da Escola Profissional de Cinfães, é financiada pelo Fundo Social Europeu e pelo Ministério da Educação de acordo com as regras e com os critérios constantes da legislação aplicável. O seu orçamento anual é, em consequência, suportado, em grande parte, por receitas públicas (FSE e ME) e numa parte mais pequena por receitas próprias, provenientes de prestação de serviços a terceiros na área da hotelaria e restauração.

Durante o ano de 2014, a Escola Profissional apresentou as candidaturas Eixo Prioritário 1 – Qualificação Inicial, medida 1.2 - Cursos Profissionais.

No que diz respeito à candidatura referida, norteou-se a atuação pelos seguintes objetivos:

- a) Contribuir para a formação integral dos jovens, proporcionando-lhes, designadamente, o desenvolvimento de competências pessoais e profissionais para o exercício de uma profissão;
- b) Desenvolver mecanismos de aproximação entre a escola e as instituições económicas, profissionais, associativas, sociais e culturais do respetivo tecido social;
- c) Facultar aos alunos contactos com o mundo do trabalho e experiência profissional, preparando -os para uma adequada inserção socioprofissional;
- d) Promover, conjuntamente com outros agentes e instituições locais, a concretização de um projeto de formação de recursos humanos qualificados que responda às necessidades e tendências de desenvolvimento integrado do País, particularmente nos âmbitos regional e local;
- e) Facultar aos alunos uma sólida formação geral, científica e tecnológica, capaz de os preparar para o exercício profissional qualificado ou para o ingresso no ensino superior.

A diversidade de atividades faz parte da estratégia desenvolvida pela organização pelo que, ao longo do ano, se conseguiu um grande envolvimento da comunidade educativa nas atividades que a seguir ser elencam:

Formação – da responsabilidade da Escola Profissional de Cinfães, com reuniões das várias estruturas educativas, a saber: Direção Técnico-pedagógica, Conselho Consultivo, Coordenação de Cursos, Representantes da Área Artística, Formadores, Orientadores Educativos, Conselhos de Turma, Conselho Pedagógico, Professores acompanhantes das Provas de Aptidão Profissional, Formadores responsáveis pela Formação em Contexto de Trabalho, Orientadores Educativos com Encarregados de Educação, Alunos (assumindo a forma de assembleias), Pessoal Não Docente e outras que se afiguraram necessárias.

Atividades - Realizaram-se entre outras, as seguintes atividades:

- Celebração do “Halloween”; (Jogos; desfile e baile).
- Celebração do Dia de S. Martinho (jogos tradicionais, magusto, concurso, decoração).
- Festa de Natal (Almoço de Natal; Christmas carols; Christmas cards - Decoração dos espaços escolares com motivos alusivos à quadra;- Realização de postais de Natal; preparação e decoração de espaços da Festa de Natal; apresentação de produções teatrais; canções de Natal).
- Visitas de Estudo consideradas como uma relevante estratégia de aprendizagem. Realizaram-se Visitas a Unidades Hoteleiras, a feiras de gastronomia, mostras de oferta formativa, Teatro, Agência de Viagens, etc.
- Comemorações de Dias especiais a saber, Dia da Mulher, Dia do Livro Português, Dia da Escola, Dia de Reis, Dia do diploma, Dia do Francês, etc.
- Realização de vários torneios desportivos.
- Realização de duas Colheitas de Sangue.
- Realização de várias Ações de Formação versando temáticas variadas como Prevenção do álcool, Motivação para o empreendedorismo, etc.
- Participação no evento “Dar vida à vida”, nos dias 2, 3 e 4 de maio, na Escola EB 2,3 de Souselo promovido pela Câmara Municipal de Cinfães, tendo os nossos formandos e técnicos assumido a confeção de refeições com pratos típicos e doçaria tradicional e apoiado o respetivo serviço de mesa.

- Participação no Projeto “Terra amada”, assumindo a confeção e serviço das refeições aos envolvidos, durante dias de Julho e Agosto.
- Serviço solidário de apoio a refeições de Instituições locais e regionais , como os Bombeiros Voluntários de Cinfães e Agrupamento de Escolas Latino Coelho, de Lamego.
- Realização da Avaliação da Escola através do programa AVES.
- Participação na mostra de PAP, da Universidade Católica Portuguesa.
- Participação na Expomontemuro, de Cinfães.
- Participação na Aldeia do Pai Natal, promovida pela Câmara Municipal de Cinfães.
- Realização do “Abrir portas...” com vista à divulgação da oferta formativa.
- Participação no 4º Ciclo de Seminários da Universidade Católica Portuguesa.

No que diz respeito ao Orçamento, deu-se continuidade às medidas de racionalização e de cumprimento da elegibilidade dos gastos conforme critérios definidos pelo POPH, à semelhança de anos anteriores, o que tem contribuído para uma gestão equilibrada, sem comprometer aspetos essenciais do projecto formativo e do desenvolvimento organizacional da Escola.

Relativamente ao Plano de Formação, consideramos que este foi cumprido, dando desta forma resposta às novas necessidades e apelos de emprego nas áreas da formação profissional a que esta escola está votada.

CONDIÇÕES DE MERCADO

INVESTIMENTOS

Verificou-se um investimento em imobilizações corpóreas no valor de € 5 920,64 (cinco mil, novecentos e vinte euros e sessenta e quatro cêntimos).

RECURSOS HUMANOS

A estrutura da Escola mantém-se inalterável e de acordo com os seus estatutos.

O número de trabalhadores da Escola é constituído por oito funcionários não docentes e vinte e um docentes/formadores, na sua maioria, em regime de trabalhadores independentes.

A SITUAÇÃO FINANCEIRA

Os meios financeiros postos à disposição foram provenientes do Ministério de Educação e Fundo Social Europeu. Também foram obtidas receitas próprias, nomeadamente do Bar e de alguns Serviços prestados, tendo estas últimas um peso diminuto no total do orçamento necessário para gerir a Escola. No presente ano foi mantido o contrato de empréstimo bancário na Instituição Bancária “CGD” no montante de €75.000,00 para fazer face ao desfasamento temporal entre as despesas efetuadas, a necessidade do seu pagamento e reembolso das despesas pagas pelas entidades financiadoras sendo este, responsável pelo montante de juros pagos.

Receitas próprias (valores em euros):

Bar	3 453,80
Serviços	9 280,96
Total	12 734,76

A Empresa/Escola, em 31 de Dezembro de 2014, apresentou um lucro de 3 067,57 (três mil e sessenta e sete euros e cinquenta e sete cêntimos). Face ao exposto, sentimos satisfação com os resultados obtidos e estamos conscientes do dever cumprido e mais estamos, quando pensamos no sucesso generalizado de jovens que frequentam a escola.

PERSPETIVAS DE FUTURO

Prevê-se a continuação do **Curso de Técnico de Restauração**, nas duas vertentes associadas (restaurante/bar e cozinha/pastelaria). Nortearemos a formação pelo claro princípio de todos incluir, facultando a consecução de aprendizagens significativas e competências relevantes, que permitam aos alunos que frequentam a escola, impor-se no mercado de trabalho, valorizando assim, as pessoas, a escola e a região. Prevê-se também a continuação da prestação de Serviços de Restauração, sempre que para tal sejamos solicitados.

Merece relevância a preocupação da Câmara Municipal de Cinfães com a continuidade da Escola Profissional. Assim, os elementos do executivo camarário refletiram conjuntamente com o Conselho de Administração, acerca das diligências tomadas pela

Inspeção Geral de Finanças, relativamente às empresas que detêm escolas profissionais. Colocada a questão superiormente, recebeu-se da Associação Nacional de Municípios, a resposta de Sua Excelência o Secretário de Estado da Administração Local, a qual refere “o governo se encontra a analisar a situação e que no entretanto não serão homologadas eventuais propostas da IGF destinadas à dissolução oficiosa das referidas empresas locais, detentoras de escolas profissionais”.

Resta-nos agradecer à comunidade todo o apoio que nos faculta, reconhecendo o trabalho que vimos a desenvolver e garantir que continuamos a abraçar este projeto, com impacto nas oportunidades de trabalho e no bem estar das nossas populações.

Não temos conhecimento de situações relevantes ocorridas entre a data do fecho e a presente data.

Não se registaram negócios entre a sociedade e os seus administradores, nos termos do artigo 397ºCSC.

Não houve qualquer aquisição de ações próprias no decorrer do exercício.

Cinfães, 5 de Março de 2015.

Assinaturas:

Regina Fátima Marques

Graciela Emília Couto Cardoso

António Manuel Pires



R
@
A

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Ano 2014

QUINTA DE TUBERAIS, ENSINO PROFISSIONAL DE CINFÃES E.M.

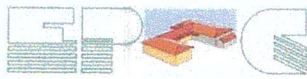
21.
@
R**Balanço em 31 de Dezembro de 2014**

BALANÇO NIF: 504615858		UNIDADE MONETARIA (1)	
RUBRICAS	Notas	2014	2013
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	6	18.065,30	17.920,86
Propriedades de investimento			
Goodwill			
Activos intangíveis			
Activos biológicos			
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial			
Participações financeiras - outros métodos			
Accionistas/sócios			
Outros activos financeiros			
Activos por impostos diferidos			
		18.065,30	17.920,86
Activo Corrente			
Inventários	7	394,47	146,77
Activos biológicos		0,00	0,00
Clientes		2.856,16	1.007,96
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00
Estados e outros entes públicos	13,1	3.084,98	3.387,22
Accionistas/sócios			
Outras contas a receber	13,3	309.992,68	304.226,40
Diferimentos	13,2	2.007,56	1.996,99
Activos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros activos financeiros		0,00	0,00
Activos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	4	93.333,99	72.946,03
		411.669,84	383.711,37
Total do activo		429.735,14	401.632,23
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado		5.000,00	5.000,00
Acções (quotas) próprias		0,00	0,00
Outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Prémios de emissão		0,00	0,00
Reservas legais		2.500,00	2.500,00
Outras reservas		92.298,11	92.298,11
Resultados transitados		21.055,13	20.292,88
Ajustamentos em activos financeiros		0,00	0,00
Excedentes de revalorização		0,00	0,00



24
G
S

Outras variações no capital próprio		1.091,94	1.091,94
		0,00	0,00
Resultado líquido do período	10	3.067,57	762,25
Interesses minoritários			
Total do capital próprio		125.012,75	121.945,18
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos	11	0,00	0,00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar			
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores		50.711,84	42.525,70
Adiantamentos de clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	13,1	5.715,24	11.215,23
Accionistas/sócios		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		75.000,00	75.000,00
Outras contas a pagar	13,3	173.295,31	150.946,12
Diferimentos	13,2	0,00	0,00
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Passivos não correntes detidos para venda			
Total do passivo		304.722,39	279.687,05
Total do capital próprio e do passivo		429.735,14	401.632,23



ff.
@
ff

Demonstração de resultados por funções

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES		NIF:504615858	
RUBRICAS	UNIDADE MONETÁRIA (1)		
	2014	2013	
Vendas e serviços prestados	12.734,76	19.199,31	
Custos das vendas e dos serviços prestados	11.172,61	12.939,76	
Resultado bruto	1.562,15	6.259,55	
Outros rendimentos	472.674,89	479.382,82	
Gastos de distribuição			
Gastos administrativos			
Gastos de investigação e desenvolvimento			
Outros gastos	468.255,84	480.850,90	
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	5.981,20	4.791,47	
Gastos de financiamento (líquidos)	1.400,75	1.017,38	
Resultados antes de impostos	4.580,45	3.774,09	
Imposto sobre o rendimento do período	1.512,88	3.011,84	
Resultado líquido do período	3.067,57	762,25	
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			
Resultado líquido do período atribuível a: (2)			
Detentores do capital da empresa-mãe			
Interesses minoritários			

Demonstrações dos resultados por natureza

PERÍODO FINDO EM 31,12,2014		NIF:504615858	
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2014	2013
Vendas e serviços prestados	8	12.734,76	19.199,31
Subsídios à exploração	8	469.457,48	465.089,36
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	11.172,61	12.939,76
Fornecimentos e serviços externos		333.233,39	336.407,21
Gastos com o pessoal	12	127.967,06	121.040,16
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor		3.217,41	14.293,46
Outros rendimentos e ganhos		1.279,19	9.061,36
Outros gastos e perdas			
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		11.757,40	19.133,64
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		5.776,20	14.342,17
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		5.981,20	4.791,47
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		1.400,75	1.017,38
Resultado antes de impostos		4.580,45	3.774,09
Imposto sobre o rendimento do período	10	1.512,88	3.011,84
Resultado líquido do período		3.067,57	762,25
Resultado das actividades descontinuadas (líquido d/ impostos) incluído no resultado líquido do período			
Resultado líquido do período atribuível a: (2)			
Detentores do capital da empresa-mãe			
Interesses minoritários			
Resultado por acção básico			



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe											Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital Realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transfidos	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações do capital próprio	Resultado líquido do período			
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO II	6	5.000,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00	92.286,11	20.292,88	0,00	0,00	1.081,94	762,25	121.945,18	0,00	121.945,18
ALTERAÇÕES DO PERÍODO															
Primeira adopção de novo referencial contabilístico															
Alterações de políticas contabilísticas															
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															
Realização de excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis															
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações															
Ajustamentos por impostos diferidos															
Outras alterações reconhecidas no capital próprio															
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	7	5.000,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00	92.286,11	21.055,13	0,00	0,00	1.081,94	-762,25	121.945,18	0,00	121.945,18
RESULTADO INTEGRAL	8														
Operações com detentores de capital próprio	9=7+8														
Realizações de capital															
Distribuições															
Entradas para cobertura de perdas															
Outras operações															
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO II	10	5.000,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00	92.286,11	21.055,13	0,00	0,00	1.081,94	3.067,57	125.012,75	0,00	125.012,75

6



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										UNIDADE MONETÁRIA (1)			
		Capital Realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transiados	Ajustamentos em activos financeiro	Excedentes de revalorização	Outras variações do capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO II	6	5.000,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00	92.298,11	21.241,43	0,00	0,00	1.091,94	-948,55	121.182,93	0,00	121.182,93
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Primeira adopção de novo regime contabilístico															
Alterações de políticas contabilísticas															
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															
Realização de excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis															
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações															
Ajustamentos por impostos diferidos															
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	7	5.000,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00	92.298,11	20.292,88	0,00	0,00	1.091,94	948,55	121.182,93	0,00	121.182,93
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8											762,25	0,00		762,25
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8											762,25	0,00		762,25
OPERAÇÕES COM DETEITORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
Realizações de capital															
Realizações de prémios de emissão															
Distribuições															
Entradas para cobertura de perdas															
Outras operações	10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO II		5.000,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00	92.298,11	20.292,88	0,00	0,00	1.091,94	762,25	121.945,18	0,00	121.945,18

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigência de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

7

Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados

1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:

1.1 – Designação da entidade

Quinta de Tuberais – Ensino Profissional de Cinfães, E.M.

1.2 – Sede

Quinta de Tuberais – 4690-068 Cinfães

1.3 – NIPC

504615858

1.4 – Natureza da actividade

A Quinta de Tuberais Ensino Profissional, E.M., é financiada pelo Fundo Social Europeu e pelo Ministério da Educação de acordo com as regras e com os critérios constantes da legislação aplicável. O seu orçamento anual é, em consequência, suportado, em grande parte, por receitas públicas (FSE e ME) e numa parte mais pequena por receitas próprias provenientes, de prestação de serviços a terceiros na área da hotelaria e restauração

1.5 – Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.2 – Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

As quantias relativas ao período findo em 31 de Dezembro de 2009, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística.

DF
E
A

2.4 – Adopção pela primeira vez das NCRF – divulgação transitória:

Até 31 de Dezembro de 2009, a Escola Profissional elaborou, aprovou as demonstrações financeiras, o POC aplicável à generalidade das empresas, com as devidas adaptações em funções das necessidades de relato financeiro.

3 – PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILÍSTICAS:

3.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos registos contabilísticos, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os activos fixos tangíveis adquiridos até 31 de Dezembro de 2009, encontram-se registadas ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até àquela data, deduzido das depreciações.

Na transição manteve-se o critério de mensuração pelo método do custo.

Os activos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Activo fixo tangível	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	06-Out
Equipamentos de transporte	4 anos
Equipamento básico	Entre 2 e 8 anos

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração de resultados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Os activos fixos tangíveis em curso representam activos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes activos fixos tangíveis passaram a ser depreciados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

IMPARIDADE DE ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade.

INVENTÁRIOS

Mercadorias e matérias-primas

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição.

RÉDITO

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transacção à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Relativamente ao cálculo da estimativa do imposto sobre o rendimento do exercício, é apurado de acordo com a matéria colectável estimada.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensurados pelo método do custo.

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo custo.

Periodizações

As transacções são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Deferimentos».

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal.

Eventos subsequentes

Não existem eventos subsequentes susceptíveis de divulgação.

3.2 – Juízos de valor críticos e principais fontes de incertezas associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

Foi divulgada pela Associação Nacional de Municípios, a resposta de Sua Excelência o Secretário de Estado da Administração Local, a qual refere “ o governo se encontra a analisar a situação e que no entretanto não serão homologadas eventuais propostas da IGF destinadas à dissolução oficiosa das referidas empresas locais, detentoras de escolas profissionais,”sendo a situação que se expõe, relativa à continuidade das Escolas Profissionais, acerca das diligências tomadas pela Inspecção Geral de Finanças relativamente às empresas que detêm escolas profissionais.

4 – FLUXOS DE CAIXA

4.1 – Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Descrição	Conta	Montante	Observações
Caixa	11	778,19	
Total de caixa	11	778,19	
Depósitos à ordem	121	88.786,89	Contem movimentos POPH
Depósitos á ordem	122	3.768,91	Contem movimentos Serviços prestados
Total de depósitos bancários		92.555,80	

5 – POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS:

Foram detectados alguns erros relativamente ao período anteriores, os quais foram corrigidos por expressão retrospectiva, nas correspondentes rubricas.

6 – ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS:

a) Os activos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

b) As depreciações foram efectuadas pelo método da linha recta, em sistema de duodécimos.

Handwritten initials and signatures in blue ink.

c) Vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afectação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, a depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2013	Adições	Revalorizações	Abate	Transferência	31-12-2014
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	6.791,17	0,00	0,00	0,00	0,00	6.791,17
Equipamento básico	225.437,29	5.920,64	0,00	0,00	0,00	231.357,93
Equipamento de transporte	20.500,60	0,00	0,00	0,00	0,00	20.500,60
Activo tangível bruto	252.729,06	5.920,64	0,00	0,00	0,00	258.649,70
Depreciações acumuladas	234.808,20	5.776,20	0,00	0,00	0,00	240.584,40
Perdas por imparidade e reversões acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depreciação acumulada	234.808,20	5.776,20	0,00	0,00	0,00	240.584,40
Activo tangível líquido	17.920,86					18.065,30

7- INVENTÁRIOS

Mercadorias e matérias-primas

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio e o Sistema de Inventário Permanente.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os inventários da entidade detalham-se conforme segue:

Rubricas	31-12-2014			31-12-2013		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	394,47	0,00	0,00	146,77	0,00	0,00
Total	394,47	0,00	0,00	146,77	0,00	0,00

Handwritten initials and signature in blue ink.

Quantia de inventários reconhecida como gastos durante o período

Quantia de inventários reconhecida como gastos durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2014, detalha-se conforme segue:

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo
Saldo inicial	0	146,77
Compras	0	11.420,31
Regularizações	0	0,00
Saldo final	0	394,47
Gastos no exercício	0	11.172,61

8 – RÉDITO

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo proveniente de:

Rubricas	31-12-2014	31-12-2013	Varição
Prestação de serviços	12.734,76	19.199,31	-6.464,55
Outros rendimentos e ganhos	3.217,41	14.293,46	-11.076,05
Subsidio á exploração	469.457,48	465.089,36	4.368,12
Total	485.409,65	498.582,13	

9 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 foram aprovadas e autorizadas para emissão.

Após a data do Balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afectem o valor dos activos e passivos das demonstrações financeiras do período.

PA
E
S

10 – IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento na demonstração dos resultados dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 podem ser detalhados como segue:

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Resultado antes de impostos	4.580,45	3.774,09
Imposto sobre o rendimento	1.512,88	3.011,84

11 -Instrumentos Financeiros.

Políticas contabilística.

Bases de Mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras

11.1 – Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica de «Financiamentos obtidos», apresentava a seguinte decomposição:

	31-12-2014			31-12-2013		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Instituições de crédito e sociedades financeiras						
Caixa Geral de Depósitos	75.000,00		75.000,00	75.000,00		75.000,00
Total	75.000,00		75.000,00	75.000,00		75.000,00

12 – Benefícios de empregados

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Gastos com o pessoal	31-12-2014
Renumerações dos órgãos sociais (senhas de presença)	3.090,60
Renumerações do pessoal	97.147,53
Encargos sobre renumerações do pessoal	25.726,74
Outros gastos	2.002,19
Total	127.967,06

PA
 @
 PA

Os honorários do revisor Oficial de Contas no presente exercício, foram no valor de 4.000,00€ (s/IVA) não se verificando pelo mesmo, a faturação de qualquer outro serviço, nomeadamente de consultoria.

13 – Outras Informações

13.1 – Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2014, a rubrica de «Estado e outros entes públicos» apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Corrente	Não Corrente
Estado e outros entes públicos		
Activos		
IR-Pagamentos especiais por conta	1.606,37	0,00
Irc - pagamento por conta	1.478,32	0,00
Irc - retenção na fonte	0,00	0,00
Imposto sobre o valor acrescentado	0,29	0,00
Total	3.084,98	0,00
Passivos		
Imposto sobre o rendimento	1.512,88	0,00
Retenção de impostos sobre rendimentos	1.438,49	0,00
Contribuições para a segurança social	2.221,46	0,00
Imposto sobre o valor acrescentado	542,41	
Total	5.715,24	0,00

13.2 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2014, a rubrica de Diferimentos apresentava a seguinte decomposição:

Diferimentos 31-12-2014	
Activos	
Seguros	2.007,56
Total	2.007,56

13.3 Devedores e Credores por acréscimos

Foi aplicado o regime da periodização económica (anterior conceito de especialização dos exercícios) com total abrangência.

Devedores e Credores por acréscimos	31-12-2014
Devedores por acréscimo de rendimentos	
Subsidio a receber Município	12.593,18
Subsidio Município - Senhas presença	3.090,60
Subsidio a receber férias /subsídio férias	15.825,89
Devedor. p/ acréscim. rendimt.-Comunicação	534,13
Devedor. p/ acréscim. rendimt.-eletricidade	61,77
Subsidio receber POPH	188.484,46
Devedor. p/ acréscim. rendimt.-transportes	1.949,64
Devedor. p/ acréscim. rendimt.-água	12,44
Total	222.552,11
Credores por acréscimos de gastos	
Credor.acréscimos gastos- férias /subsídio férias	15.825,89
Cred.acréscimos gast-encarg.Fiscal único	2.460,00
Cred.acréscimos gast-transportes	1.949,64
Cred.acréscimos gast-encarg.PT	534,13
Cred.acrés. gat-enc.Senhas presenças	3.090,60
Cred.acrés. gat-enc.água	12,44
Cred.acrés. gat-enc.eletricidade alunas	61,77
Total	23.934,47

Cinfães, 05 de Março de 2015

TOC

Amadeu Salveiro

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Regina Fátima Marques
Gracinda emilia Couto Cardoso
Rute-hen Luis AF



Handwritten mark

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da empresa municipal Quinta de Tuberais – Ensino Profissional de Cinfães, E.M., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2014, (que evidencia um total de 429.735 euros e um total de capital próprio positivo de 125.013 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 3.068 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a) A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
 - b) A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - c) A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - d) A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.